

Notas sobre o PMDB na Nova República: a atuação dos peemedebistas entre os governos Sarney e Dilma (1985-2016)

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME*

Resumo

Este texto, diante do protagonismo do PMDB no processo de golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, tem como objetivo apresentar seus principais líderes, informações e análises introdutórias sobre a relação do partido com os governos federais da Nova República (1985-2016). Ao ampliar a temporalidade, esperamos contribuir na introdução ao melhor entendimento dos fatos recentes. Para esta narrativa histórica, utilizamos parte da pouca bibliografia pertinente ao tema, na perspectiva de auxiliar as novas pesquisas sobre a História do Brasil atual.

Palavras-chave: PMDB; pemedebismo; Nova República.

Notes about the PMDB in the New Republic: an action of the peemedebistas between the governments Sarney and Dilma (1985-2016).

Abstract

This text, in the face of the PMDB's role in the parliamentary coup process against the President Dilma Rousseff, aims to present its main leaders, information and introductory analyzes of the party's relationship with the federal governments of the New Republic (1985-2016). By expanding temporality, we hope to contribute to the introduction of better understanding of recent events. For this historical narrative, we use part of the little bibliography pertinent to the theme, in the perspective of helping the new research in the History of the current Brazil.

Key words: PMDB; pemedebismo; New Republic.



* CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME é professor da Faculdade de História – FAHIST; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA; doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Introdução

O sistema eleitoral brasileiro, de representação proporcional e grande fragmentação partidária, torna quase impossível que o partido do presidente eleito tenha maioria no Congresso. Após o pleito, de um lado há o chefe do Executivo em busca de apoio parlamentar para efetivar as promessas de campanha; de outro, os partidos políticos em busca de cargos e recursos públicos para políticas de seus interesses nas bases eleitorais. A essa barganha, que independe de posições ideológicas, dá-se o nome de “presidencialismo de coalisão”. Conforme pesquisa de Natália Maciel, ao longo de toda a Nova República, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se tornou “peça chave na formação de coalisões vencedoras por conta de seu grande número de cadeiras. Assim, ele pode ser considerado o partido com maior poder de barganha no sistema político brasileiro” (2014, p.42).

Segundo Marcos Nobre, após o fim do bipartidarismo, o PMDB foi a base de um conjunto de práticas que se consolidou na cultura política brasileira: “sua característica mais geral e marcante é estar no governo, seja qual for o governo e seja qual for o partido a que se pertença, como parte de um condomínio de poder organizado sob forma de superbloco parlamentar” (2013, p. 42). A essa forma de atuação, o filósofo conceitua como “pemedebismo”¹, um sistema que

imobiliza/veta as mudanças mais estruturais e radicais da sociedade e do jogo político, ao mesmo tempo que permite a entrada de qualquer um que deseje “reivindicar e receber posições no aparelho do Estado” (2013, p. 43).

No período analisado, o PMDB foi o partido que mais esteve presente em coalisões governistas. Exceção feita ao governo Fernando Collor e ao período inicial do governo Lula (MACIEL, 2014), nos 31 anos de Nova República (1985-2016), o PMDB permaneceu por 27 anos em coalisões governistas e o PFL (atual DEM), 17 anos. Atualmente o PMDB possui o maior número de filiados, de prefeitos, vereadores, deputados estaduais, governadores, deputados federais e senadores. Durante o período, os pemedebistas foram presença constante nos jornais, ministérios, discussões legislativas e escândalos de corrupção. Apesar disso, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que se dedicam ao estudo do partido.

No Palácio do Jaburu, residência oficial do então vice-presidente Michel Temer, o PMDB fez valer seu protagonismo no processo de chicanas parlamentares e jurídicas tramadas contra a presidenta Dilma Rousseff. As notas informativas deste artigo contribuem nas pesquisas que se iniciam sobre o golpe de 2016². Na perspectiva de auxiliar na introdução de novas pesquisas, nosso objetivo é apresentar uma visão ampla das relações do PMDB com os governos da Nova República, em especial, a atuação

¹ Embora tal prática não esteja restrita apenas ao PMDB, neste artigo é importante não confundir “pemedebismo” com “pemedebista”. Aquele é um conceito filosófico para explicar uma determinada forma de atuação parlamentar, conforme texto de Marcos Nobre (2013). Esse é

o nome utilizado para designar os políticos filiados ao PMDB.

² Ver GUILHERME, Cássio Augusto. De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Anpuh 2017. Disponível em: <https://goo.gl/stBUCe>.

de figuras-chave do atual momento político nacional, como Michel Temer e seu grupo mais próximo formado por Renan Calheiros, Romero Jucá, Eliseu Padilha, Geddel Vieira Lima, Moreira Franco, Edison Lobão, Eunício Oliveira, José Sarney e Eduardo Cunha, dentre outros³.

PMDB e Pemedebismo na Nova República

A imagem popular que se tem do PMDB é de um partido que institucionaliza todos os males da política brasileira. Composto por políticos clientelistas, aproximam-se de qualquer governo no objetivo de facilitar seu acesso a cargos e verbas estatais. Como dito acima, e melhor explicado abaixo, a presença peemedebista é uma constante nos governos federais da Nova República, independentemente da matriz ideológica do governante, o que dá ao PMDB a imagem de um partido sem ideologia e programa próprio. Para Natália Maciel, as características do partido são a heterogeneidade dos seus membros, força das lideranças locais e o constante sucesso eleitoral. Assim, a centralidade ideológica e o peso representado pelo grande número de filiados e políticos eleitos torna o partido “um ator político inquestionavelmente importante” (2014, p. 21).

As pressões de parte da sociedade civil organizada, em especial de sindicatos, estudantes, setores da imprensa e de

³ Na recentemente vazada delação premiada de um executivo da empreiteira Odebrecht, os citados nesse texto, todos receberam da empresa um codinome: Michel Temer é o “MT”; Renan Calheiros é o “Justiça”, Romero Jucá é o “Cajú”, Eliseu Padilha é o “Primo”, Geddel Vieira Lima o “Bebel”, Moreira Franco o “Gato Angorá”, Eunício Oliveira é o “Índio” e Eduardo Cunha o “Caranguejo”.

deputados combativos do MDB, forçaram a Ditadura Civil-Militar ceder às propostas de abertura política, ainda que de forma “lenta, gradual e segura”, apesar da reação de militares da linha-dura. Outra interpretação sustenta que os próprios militares conduziram o processo de abertura no ritmo por eles planejado e que tais pressões pouco influenciaram nisso. Fato é que em 1979 foi promulgada a Lei da Anistia e a Reforma Partidária que pôs fim ao bipartidarismo.

A volta ao pluripartidarismo, especialmente pela criação de novas siglas como PT, PDT, PTB e PP, representou um grande desafio tanto à Arena quanto ao MDB. A Arena, partido da ditadura possuía 231 deputados, sendo que 196 migraram para o PDS, 3 para o PTB e 32 preferiram mudar de lado e filiaram-se ao PMDB. Já dos 189 deputados que o MDB dispunha, 136 permaneceram no PMDB⁴, 28 mudaram de lado e ingressaram no PDS, 11 no PTB, 9 no PDT e 5 no PT. Aponta Natália Maciel que “a saída de membros mais à esquerda do partido e a entrada de membros da ARENA e do PP acabou por tornar o PMDB (...) um partido com características de centro-direita” (2014, p. 64).

Ao longo da década de 1980, o PMDB teve papel ativo na política nacional. O retorno das eleições diretas para prefeituras de capitais e governos estaduais em 1982 trouxe grandes vitórias para as oposições e o PMDB elegeu nove governadores, que passaram a ocupar posição de destaque nas disputas internas do partido. O

⁴ As correntes internas comunistas, que usavam a legenda do MDB para concorrer às eleições no bipartidarismo, preferiram manter-se mais um tempo no PMDB.

deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou a proposta de emenda constitucional “Diretas Já” que, apesar da mobilização da sociedade civil, acabou rejeitada pelo Congresso ainda dominado pela “opinião conservadora e as oposições moderadas” (REIS, 2014, p. 140).

Após a derrota da emenda “Diretas Já”, começaram as articulações no Congresso para a eleição indireta. Lideranças civis, que haviam apoiado a Ditadura, como José Sarney, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães, saíram do PDS para formarem o Partido da Frente Liberal (PFL) e aliarem-se a Tancredo Neves (PMDB) na vitória do Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Segundo David Maciel, Tancredo, ao se comprometer em limitar as mudanças à institucionalidade do Estado, revela a “debilidade da tática política da oposição burguesa, representada pelo PMDB”, bem como a “legitimidade obtida com a ‘solução negociada’ que pôs fim à Ditadura” (2012, p. 60). As mudanças definitivas seriam adiadas para uma futura Constituinte. Do total de 33 cargos de primeiro escalão, no futuro governo Tancredo Neves, 27 eram ocupados por políticos conservadores, muitos dos quais egressos dos quadros da Ditadura. Além disso, a aliança PMDB-PFL contava com ampla maioria no Congresso.

Ao ver, com a morte de Tancredo Neves, o governo cair no colo de José Sarney, político de histórica e íntima ligação com a Ditadura, o PMDB “iniciou um processo de crise de identidade tendo em vista suas dificuldades em elaborar um projeto político nacional que fosse consensual” (MACIEL, 2014, p.66). A eleição de 1986, sob a popularidade do Plano Cruzado, fez o PMDB o grande

vencedor da eleição, que só não elegeu o governador de Sergipe (PFL)⁵. Fez 38 dos 49 senadores e 261 dos 487 deputados federais. O bloco PMDB-PFL somou 561 parlamentares na Constituinte (REIS, 2014)⁶. “O principal saldo político das eleições foi a ampliação da inserção do campo conservador” (MACIEL, 2012, p.198). Sarney, já filiado ao PMDB, buscava entendimento direto com os governadores do partido, pois o presidente vivia às turras com a cúpula partidária comandada por Ulysses Guimarães e a “ala esquerda” na câmara e senado.

O relacionamento de Sarney com o partido, no decorrer da Constituinte, foi complicado. O emblema dominante do pemedebismo nesse período foi o chamado “centrão”, criado por políticos e partidos conservadores para limitar os avanços sociais em debate na Assembleia Constituinte, da qual Michel Temer fez parte. A adesão de pemedebistas e a articulação junto ao presidente, resultaram em descontentamentos internos. Em março de 1989, quando o presidente Sarney gozava de baixíssima popularidade e a hiperinflação estava descontrolada, o

⁵ Na mesma esteira o PMDB elegeu em Alagoas o jovem Fernando Collor de Mello, ex-prefeito de Maceió e deputado federal pelo PDS, inclusive tendo votado em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

⁶ O PFL saiu como a segunda maior agremiação partidária (116 deputados e 7 senadores), seguido pelo PDS em declínio (2 senadores e 32 deputados). Dos partidos autodeclarados de centro, o PL elegeu 6 deputados; o PDC, 7; o PTB, 13 e 1 senador; o PSC, 1 deputado e o PMB 1 senador. Entre os partidos de esquerda, o PDT manteve o crescimento, elegendando 1 senador e 25 deputados federais; o PCB e o PCdoB, 3 deputados cada e o PT triplicou sua participação na Câmara, saltando para 16 deputados (MACIEL, 2012).

PMDB rompeu oficialmente com o governo, embora manteve-se nos ministérios (MACIEL, 2014). Um ano antes, o racha no PMDB levou um grupo de parlamentares a criar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), atraindo principalmente os setores moderados do partido e alguns conservadores, além de poucos políticos de outras agremiações⁷.

Ao longo do governo José Sarney, os peemedebistas ocuparam postos importantes: Jader Barbalho foi Ministro da Previdência e depois da Reforma Agrária, Renan Calheiros e Michel Temer atuaram na Assembleia Constituinte⁸ e Romero Jucá foi presidente da Funai, apontado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade como responsável pelo genocídio dos índios Yanomami. Posteriormente, ele foi nomeado pelo presidente como governador do então território de Roraima.

A eleição de 1989⁹ foi das mais acirradas da história brasileira. Ao centro do espectro político, a candidatura de mais envergadura era a

de Ulysses Guimarães (PMDB)¹⁰, reconhecido conciliador de grandes articulações e importante figura no processo de redemocratização. Governadores do PMDB não o queriam candidato do partido, pois avaliavam que o desgaste do governo Sarney havia atingido a popularidade de Ulysses. Arquetou-se, nos bastidores do partido, a candidatura do governador paulista Orestes Quércia, com apoio da Fiesp, mas Ulysses não abriu mão por considerar-se “candidato natural” e venceu as convenções¹¹.

Os péssimos resultados econômicos e sociais do governo Sarney e a expectativa do eleitorado em votar pela mudança levou a candidatura peemedebista à baixa votação. No final da campanha, várias lideranças do partido já haviam embarcado em outras candidaturas. No segundo turno o PMDB indicou voto em Lula, porém os políticos mais conservadores do partido

⁷ Originalmente, ingressaram no PSDB 7 senadores do PMDB e 1 do PFL, 34 deputados federais do PMDB, 3 do PFL, 1 do PTB, 1 do PSB e 1 do PDT. São números inferiores à chamada “ala esquerda” do PMDB, estimada em 120 parlamentares, historicamente (MACIEL, 2012, p. 312).

⁸ Embora suplente, Michel Temer assumiu uma cadeira na Assembleia Constituinte e foi um dos articuladores da criação do “centrão”, tendo recebido do Diap a baixa nota 2,25 pela sua atuação. Quase deixou o PMDB para ingressar no PSDB.

⁹ Sobre a eleição de 1989, ver o artigo: “A eleição de 1989: direita x esquerda” de Cássio Augusto Guilherme, publicado na Revista Urutáua nº 34 de 11/2016. No link: <https://goo.gl/p4iwHU>.

¹⁰ “Havia poucas dúvidas de que, naquele pleito, o PMDB jogasse um papel importante, de protagonista – jamais de figurante. Majoritário na própria Constituinte, dono de 22 das 23 sedes de governos estaduais, o grupo de políticos que fundou e assumiu o poder na Nova República tinha tudo para dar todas as cartas do jogo” (NÊUMANNE, 1989, p. 35).

¹¹ O episódio da convenção nacional do PMDB foi dos mais controversos nessa eleição. Quatro pré-candidatos se apresentaram: Ulysses Guimarães, Álvaro Dias, Íris Resende e Waldir Pires. Os governadores do partido queriam Quércia, mas não podiam simplesmente impor uma candidatura contra o “Dr. Ulysses”. Quércia dizia não ser candidato a candidato, mas nos bastidores articulava por uma aclamação peemedebista ao seu nome. Tanto disse publicamente que não era candidato que muitos dos seus apoiadores até acreditaram. Ao fim, Quércia disse: “Vocês não entenderam nada. Eu fui candidato o tempo inteiro. Só dependia de um gesto de vocês, de uma atitude. Agora, infelizmente, não dá mais” (NÊUMANNE, 1989, p. 29).

aderiram a Fernando Collor (PRN) que venceu a disputa.

Collor se elegeu como o candidato do anti-pemedebismo. Para além da corrupção e crise econômica, politicamente, sua atuação “cesarista” e a falta de sólida base parlamentar e partidária são fatores apontados como determinantes no processo de impeachment. A partir de então, “a ideologia da necessidade de uma supermaioria parlamentar é a figura do pemedebismo tal como se espalhou pelo sistema político dos anos 1990 em diante” (NOBRE, 2013, p. 55). Oficialmente, o PMDB não fez parte do governo Collor, embora tenha votado a favor de muitas das matérias de interesse do governo, como o Plano Collor, que confiscou as aplicações financeiras dos brasileiros. A época, Renan Calheiros (PRN), foi coordenador de campanha de Collor e líder de seu governo na Câmara. Rompeu com o presidente após não ser apoiado por ele na disputa pelo governo de Alagoas.

Na crise política e moral que resultou no impedimento de Fernando Collor¹², embora o PMDB tivesse a maior bancada no Congresso, o protagonismo partidário pertenceu ao PT e demais partidos de esquerda em consonância com os movimentos da sociedade civil organizada, em especial os estudantes. Na CPMI instalada para elucidar as relações entre Collor e PC Farias, o relator foi o peemedebista Amir Lando que apresentou fundamentação política para a interrupção do mandato do então presidente.

¹² Sobre o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, ver: “O Impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise” de Brasília Sallum Jr.

O governo Itamar Franco foi composto por uma ampla coalisão de partidos políticos (PSDB, PFL, PMDB, PTB e PSB). Nele, o PMDB, embora com grande quantidade de parlamentares, teve participação menor nos rumos do governo. No final de 1992, a morte trágica de Ulysses Guimarães impactou na organização interna, pois “a heterogeneidade herdada do MDB é uma constata na trajetória do PMDB e ela se acentua com a morte de seu ícone maior. A falta do agente conciliador acirrou as divergências internas” (MACIEL, 2014, p. 71).

A CPI dos “Anões do Orçamento”¹³ de 1993 investigou a participação de 37 parlamentares envolvidos em fraudes na Comissão de Orçamento do Congresso durante os anos anteriores. O escândalo atingiu em cheio o PMDB. Três deputados do partido foram cassados, com destaque para Ibsen Pinheiro¹⁴, então presidente da Câmara; outros três, como Genebaldo Correia, líder do PMDB na Câmara, renunciaram para não perder o mandato e dois foram absolvidos pelo plenário da casa, embora o relatório da CPI pedisse suas cassações, entre eles Geddel Vieira Lima¹⁵.

¹³ O escândalo recebeu o nome de “anões”, pois a maioria dos envolvidos eram parlamentares de pouca expressão na política nacional.

¹⁴ Posteriormente, o STF arquivou o processo contra Ibsen Pinheiro, que em 2006 elegeu-se para a Câmara dos Deputados.

¹⁵ Foram cassados os mandatos de Carlos Benevides (PMDB), Fábio Reunhetti (PTB), Feres Nades (PTB), Ibsen Pinheiro (PMDB), José Geraldo (PMDB) e Raquel Cândido (PTB); renunciaram para não serem cassados: Cid Carvalho (PMDB), Genebaldo Correia (PMDB), João Alves de Almeida (PPR, atual PP) e Manoel Moreira (PMDB); foram absolvidos pelo Plenário da Câmara: Aníbal Teixeira (PTB), Daniel Silva (PPR), Ézio Ferreira (PFL), João de Deus Antunes (PPR),

Exemplo de acirramento interno foi a escolha de Orestes Quércia, em detrimento de Roberto Requião, como candidatura própria do partido à eleição de 1994. “Quércia era acusado de diversas denúncias de corrupção que afetava negativamente não só a ele, mas também ao partido” (MACIEL, 2014, p.71). Membros do partido preferiam aderir à favorita candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ex-peemedebista. Ao final, Orestes Quércia repeliu a baixa votação de Ulysses.

O governo FHC teve como principal aliado o PFL¹⁶ (ex-PDS, ex-Arena e atual DEM). Ele propôs uma série de polêmicas reformas constitucionais neoliberais que necessitavam ampla maioria congressual. A popularidade do Plano Real permitiu que o convite do presidente eleito fosse imediatamente aceito pelo PMDB, que passou a integrar a nova coalisão governista, muito parecida com a que sustentou o governo Sarney.

Nessa conjuntura, a cientista política Natália Maciel (2014) argumenta que, enquanto nos tempos de MDB a questão que dividia internamente o partido era o grau de oposição frente à Ditadura Civil-Militar, a partir da década de 1990, a questão central dos debates peemedebistas era se o partido deveria ou não fazer parte das coalisões governistas. Os adeptos do governismo, de olho em ministérios e cargos,

Flávio Derzi (PP), Paulo Portugal (PP), Ricardo Fiúza (PFL, atual DEM), Ronaldo Aragão (PMDB) e Geddel Vieira Lima (PMDB). Mais informações sobre o caso e Ibsen e Fiúza em “A honra da política” de Carla Costa Teixeira.

¹⁶ Durante o governo Fernando Henrique o PFL cresceu de tamanho e influência no Congresso, fazendo o PMDB ser o segundo maior partido e, por consequência, ocupar papel secundário mesmo na coalisão governista.

argumentavam que o partido deveria ter importante atuação na sustentação política para que os governos implementassem suas propostas; os opositoristas ou dissidentes, alegavam que o PMDB deveria manter-se independente e desenvolver propostas próprias de governo.

Após duas humilhantes derrotas nas eleições presidenciais, foi a disputa pela presidência da Câmara e do Senado o fator que intensificou o conflito interno entre as duas alas no partido. Durante seu governo, o presidente FHC atuou a favor da ala governista. Na disputa pela presidência do Senado, em 1995, o tucano sinalizou a preferência pelo ex-presidente José Sarney, que foi eleito contra as pretensões de Íris Resende e Pedro Simon.

No ano seguinte, o governo FHC tinha a mudança na Previdência como uma de suas mais importantes bandeiras. O presidente escolheu o deputado Michel Temer, peemedebista da ala governista do partido, para ser o relator da matéria. Descontentes com a aproximação de Temer com o PSDB e os rumos que a reforma tomava, visto que dificultava a concessão de aposentadorias aos trabalhadores, os partidos de oposição e a ala dissidente do PMDB solicitaram o seu afastamento da relatoria:

“Alegavam que Temer era eticamente impedido após a divulgação da denúncia de que o deputado havia solicitado aposentadoria proporcional como procurador do Estado de São Paulo. Além da série de irregularidades verificadas no pedido de aposentadoria (...) os opositoristas alegavam que, com seu pedido antecipado de aposentadoria, Temer pretendia resguardar para si os privilégios que seriam eliminados com a sua proposta de reforma,

quais sejam, a aposentadoria por tempo de serviço, a aposentadoria proporcional, pensão acima do teto do funcionalismo, entre outros” (MACIEL, 2014, p. 75).

A proposta de mudança na Previdência foi aprovada e Michel Temer, com ajuda do presidente Fernando Henrique, venceu a queda de braço interna do PMDB contra o deputado Paes de Andrade, sendo eleito presidente da Câmara dos Deputados em 1997. É na gestão de Temer que se aprova a emenda da reeleição a cargos do poder Executivo, apesar das denúncias de compra de votos de parlamentares em benefício do governo FHC e da coalisão política que o PMDB participara, bem como a polêmica privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Ainda na presidência da casa, Temer triplicou “a verba de despesa de gabinetes, beneficiando principalmente deputados com menor projeção política” (MACIEL, 2014, p. 75-76). Reeleito presidente da Câmara em 1999, atuou no encaminhamento das propostas de interesse do governo do PSDB além de ter rejeitado vários pedidos de abertura de processo de impeachment contra FHC.

Esses acirrados conflitos peemedebistas pelas presidências no Legislativo isolou o grupo de dissidentes/oposicionistas. Com ajuda do PSDB, cresceu o prestígio de Michel Temer no partido a ponto de torná-lo a principal liderança governista dentro do PMDB, seguido pela maioria dos correligionários. Dois exemplos emblemáticos: embora a Convenção Nacional do partido, liderada por Paes de Andrade, presidente, tenha indicado voto contrário à emenda da reeleição e à privatização da estatal Vale do Rio Doce, Michel Temer e Jader Barbalho

articularam junto aos parlamentares do PMDB os votos necessários à aprovação das duas propostas. Marcos Nobre apontou para o veto dos governistas do partido à tentativa de Itamar Franco, José Sarney ou Roberto Requião concorrer à presidência em 1998, os convencionais decidiram que o partido não apoiaria candidaturas, embora na prática estivessem comprometidos com a chapa PSDB/PFL.

Como consequência dessas disputas internas, Jader Barbalho¹⁷ foi eleito presidente do partido e a ala governista finalmente dominou o PMDB. No governo tucano, Eliseu Padilha foi Ministro dos Transportes; o já senador Renan Calheiros foi indicado por Barbalho para ser Ministro da Justiça; Romero Jucá era vice-líder do governo FHC no senado e Moreira Franco foi assessor especial do presidente durante todo o segundo mandato. Em suma, “o governo FHC teve a seu lado a maioria dos parlamentares do PMDB durante todo o período. Destaca-se aqui, sem dúvida, a figura de Michel Temer¹⁸, artífice dessa transição de poder dentro da máquina partidária” (NOBRE 2013, p. 84).

A chegada da ala governista à presidência do PMDB mudou definitivamente a atuação interna no partido: as Convenções Nacionais foram

¹⁷ Jader Barbalho renunciou à presidência do PMDB e ao cargo de senador em 2001 para impedir sua cassação e conseqüente perda dos direitos políticos em meio ao escândalo da Sudam e desvios do Banpará. Porém, em 2002 foi eleito deputado federal, o mais votado no Pará.

¹⁸ Michel Temer (PMDB) foi presidente da Câmara dos Deputados por três vezes: 1997-1999, 1999-2001 e 2009-2010. Além disso, foi inúmeras vezes presidente do PMDB no período.

restringidas e a Comissão Executiva passou a definir os rumos do partido. A reeleição de FHC fez o PMDB cobrar mais espaço no segundo mandato. Michel Temer foi reeleito presidente da Câmara em 1999 e Jader Barbalho no Senado em 2001, mesmo ano em que Temer assumiu a presidência do partido.

Para a eleição de 2002, a Executiva do partido, liderada por Temer, especulado como possível candidato a vice-presidente, aprovou a coligação com o PSDB em torno do candidato José Serra, sendo a deputada Rita Camata (PMDB) indicada como vice. Roberto Requião, membro do antigo MDB e da ala oposicionista do partido, conseguiu liminar no TSE para suspender a Convenção que aprovou a coligação com os tucanos. Às cinco horas da madrugada, o ministro do Nelson Jobim, do TSE, derrubou a decisão, o que foi visto como favorecimento à cúpula do partido, uma vez que Jobim foi deputado federal pelo PMDB em 1994 e teria afinidades com o grupo governista. Natália Maciel, em sua ótima tese de doutorado, reproduziu reportagem do Jornal do Brasil de julho de 2002:

“Ontem, Jobim confirmou ter recebido a cúpula do partido e recomendado a entrega do documento ao assessor jurídico Alexandre Pereira. Disse que telefonou ao assessor para que ele recebesse o recurso do PMDB e que preparasse o despacho (...) Geddel [Vieira Lima] confirmou que ele, Temer e o ex-ministro Eliseu Padilha foram à residência [de Nelson Jobim]. (...) Eunício [Oliveira] revelou que todos ficaram esperando na casa de Temer, enquanto um emissário levava a petição até a casa de Jobim. (...) Para Eunício, Jobim

recebeu a cúpula do PMDB por volta das 2h. Mas Geddel alega que a única consulta que fizeram ao ministro foi como deveriam proceder para recorrer da liminar” (MACIEL, 2014, p. 83).

Com a vitória em 2002, Lula buscou governar apenas com a bancada dos partidos aliados (PSB, PDT e PCdoB) e a realização de acordos fisiológicos com outros partidos de pequeno e médio porte, uma vez que os petistas vinham de histórica trajetória na defesa da “regeneração completa da política – cuja degradação sempre foi representada emblematicamente pelo PMDB” (NOBRE, 2013, p. 106).

Embora Michel Temer e Eunício Oliveira tenham articulado internamente pela adesão do PMDB ao governo do presidente Lula antes mesmo da posse, o petista vetou o acordo costurado por José Dirceu para que peemedebistas integrassem o governo desde o início. Mesmo não fazendo parte do governo Lula, em março de 2003 a Executiva do PMDB aprovou resolução que colocava o partido oficialmente na base parlamentar do governo. Após longo casamento com o PSDB, Michel Temer e o grupo governista no partido, ofereceram-se ao PT.

Ao perceber que a não formação de uma base majoritária no Congresso dificultaria a aprovação das medidas de interesse do governo, em janeiro de 2004 Lula convidou o PMDB a ingressar na coalisão por ocasião da primeira reforma ministerial. Amir Lando assumiu a Previdência; e Eunício Oliveira, as Comunicações. A forma petista de conseguir apoio parlamentar¹⁹

¹⁹ Nos primeiros anos do governo Lula, os partidos da base aliada receberam a filiação de muitos deputados. O PMDB saltou de 69 para 77; o PTB de 41 para 55; o PP de 43 para 47 e o

resultou no escândalo do Mensalão²⁰ e para se sustentar na presidência, Lula dobrou a participação do PMDB nos Ministérios em junho de 2005. O objetivo era trocar cargos na esfera federal para preservar o presidente de eventual pedido de impeachment. Lula reformulou o governo, aderiu ao pemedebismo, então ocupado à esquerda, formou a maior base parlamentar de um governo na Nova República e se reelegeu presidente (NOBRE, 2013). Apesar disso, Marco Antônio Villa²¹ sustenta que o PT via o PMDB “como um parceiro em busca de voo próprio” (2014, p. 72).

André Singer conceituou como lulismo as políticas desenvolvidas pelos governos do PT, cuja característica central foi promover o combate à miséria sem subverter as regras do sistema capitalista, mantendo o tripé macroeconômico característico do

PL de 33 para 43. Os neo-governistas vinham dos partidos de oposição: o PSDB perdeu doze e o PFL perdeu oito deputados. (VILLA, 2014, p. 49)

²⁰ O deputado federal Roberto Jefferson (PTB), que havia sido líder do governo FHC e aliado de Fernando Collor, por não conseguir ajuda governamental para barrar uma investigação contra um aliado seu no Correios, concedeu entrevista denunciando o esquema de “mensalidade para parlamentares” votarem itens de interesse do governo, atingindo duramente José Dirceu e José Genoíno, históricas lideranças petistas. O pemedebista José Borba, envolvido no escândalo, com medo de ser cassado e perder seus direitos políticos, renunciou.

²¹ É preciso fazer uma ressalva. O historiador Marco Antônio Villa é notório adversário do PT e do ex-presidente Lula. Ligado ao PSDB, este pesquisador não cansa de adjetivar Lula e os petistas com palavras de baixo calão em vídeo nas redes sociais, que resultou até em queixa crime. O livro citado é de, no mínimo, duvidosa qualidade acadêmica devido ao descontrole na subjetividade do autor, porém traz informações relevantes sobre a relação PT-PMDB.

Plano Real. Nas palavras dele, “uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza (...) e para ativação do mercado interno, sem confronto com o capital” (2012, p.13) e que resultou em um realinhamento eleitoral que levou a parcela do subproletariado a votar nos candidatos petistas à presidência.

Porém, Marcos Nobre apontou que “foi apenas com a entrada definitiva do PMDB no governo, depois do mensalão, que a aliança com o empresariado nacional foi progressivamente se firmando” (2013, p. 119). O filósofo argumenta que esta adesão empresarial ao social-desenvolvimentismo do PT se deu pela conjunção do *boom* das commodities e a adesão do PMDB ao governo e do governo ao pemedebismo.

Em 2006, para a escolha dos rumos do partido na eleição presidencial, outra guerra de liminares tomou conta do PMDB. A Convenção Nacional tentou ser esvaziada por governistas como Renan Calheiros, José Sarney e Henrique Eduardo Alves, porém, liderados por Michel Temer, a ala oposicionista aprovou candidatura própria do partido à eleição. Os governistas utilizaram-se da proximidade de Sarney com Edson Vidigal, o presidente do STJ, e conseguiram a suspensão da decisão, ao que os pré-candidatos Anthony Garotinho e Germano Rigotto e o presidente do PMDB Michel Temer, conseguiram derrubar. A convenção foi realizada e Garotinho foi escolhido candidato do partido.

Porém, por decisão do TSE, naquele ano valeria a verticalização das coligações, ou seja, as coligações

regionais deveriam seguir a coligação nacional. “Para o PMDB a resolução significava que uma candidatura presidencial e/ou uma coligação em âmbito nacional limitaria os acordos das lideranças regionais nas eleições estaduais” (MACIEL, 2014, p. 88). Assim, o PMDB desistiu da candidatura própria em prol de seus interesses regionais. Marco Villa aponta que à época, especulou-se a substituição do vice de Lula por um nome do PMDB, que não se concretizou pelas divergências internas no partido (VILLA, 2014, p. 134).

A reeleição de Lula fortaleceu o grupo governista no PMDB²² e como retribuição, os petistas não hesitaram em apoiar Renan Calheiros (PMDB) e José Sarney (PMDB) quando, então presidentes do senado (2007 e 2009 respectivamente), foram duramente acusados de corrupção. Na presidência do Senado, tais peemedebistas atuaram contra abertura de CPIs que pudessem atingir o governo Lula. Também Michel Temer não teve despudor em se reaproximar e receber o apoio petista para sua eleição à presidência da Câmara em 2009.

Durante a presidência de Michel Temer na Câmara, ele e Geddel Vieira Lima foram envolvidos no escândalo conhecido como “Farra das passagens”. Por determinação de Temer, a investigação foi arquivada na Câmara. No mesmo período, o nome de Michel Temer apareceu 21 vezes na lista de propina da empreiteira Camargo Corrêa, apreendida na Operação Castelo de Areia da Polícia Federal. A Operação

foi anulada pelo STJ sob alegação de vícios processuais.

Embora com negativas de Renan, descobriu-se em 2007 que uma construtora pagava as despesas de aluguel e a pensão mensal de uma filha que o senador tivera com uma jornalista. Em votação secreta, o plenário do Senado votou contra a cassação do senador, mas em meio a outro escândalo, Renan renunciou a presidência da casa em dezembro. No ano de 2009, sob a presidência de Sarney, explodiria o escândalo dos “atos secretos”. A oposição e setores do PT pediam a renúncia de Sarney. O então senador Sérgio Cabral (PMDB) arquivou no Conselho de Ética o processo por sonegação fiscal, utilização indevida de funcionários do Senado e nepotismo enquanto surgiam denúncias contra senadores do PSDB. Um acordão entre governistas e opositores avaliou “que a manutenção do clima de guerra no Senado poderia jogar a imagem de todos na lata do lixo” (VILLA, 2014, p. 196).

Peemedebistas também ocuparam postos relevantes no governo Lula: Romero Jucá foi líder do governo no senado e Ministro da Previdência por apenas dois meses, tendo sido exonerado após denúncias de corrupção; Edison Lobão foi Ministro de Minas e Energia; apesar de ferrenho crítico do primeiro mandato de Lula, Geddel Vieira Lima assumiu o Ministério da Integração Nacional por longos três anos, o que lhe rendeu uma série de denúncias de irregularidades; Moreira Franco foi líder do partido na Câmara e presidente da Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB.

²² Durante os governos Lula, o PMDB voltou a ocupar o lugar de maior bancada no Congresso e a ter papel de destaque na coalisão governista.

Também no governo Dilma Rousseff (PT), além de Michel Temer ser o vice-presidente, vários desses peemedebistas ocuparam posições importantes: Helder Barbalho, filho de Jader, foi Ministro da Pesca e depois dos Portos; Eliseu Padilha foi Ministro da Secretaria de Aviação Civil; Edison Lobão manteve-se nas Minas e Energia; Geddel Vieira Lima era vice-presidente da Caixa Econômica Federal; Romero Jucá seguiu liderando o governo no senado; Moreira Franco foi Secretário de Assuntos Estratégicos e, posteriormente, Ministro da Aviação Civil e Eduardo Cunha, depois de líder do PMDB na Casa, assumiu a presidência da Câmara dos Deputados.

Eduardo Cunha foi tesoureiro da campanha de Fernando Collor no Rio de Janeiro. Nomeado para a Telerj, foi acusado de corrupção. Novamente nomeado pelo governador Anthony Garotinho para a Cehab, também, teve que responder por irregularidades. Eleito para a Câmara dos Deputados em 2003, mudou do PPB (atual PP) para o PMDB. Sua atuação na presidência da Câmara foi de oposição à presidenta Dilma. Quando o PT votou a favor da abertura de processo de sua cassação por quebra de decoro parlamentar na Comissão de Ética da Câmara, como represália, no mesmo dia, Cunha abriu processo de impeachment contra a presidenta, o que possibilitou que seu correligionário, Michel Temer, chegasse à presidência.

Em 2011, Wagner Rossi (PMDB), Ministro da Agricultura indicado por Michel Temer, teve de entregar o cargo. Pesava contra ele fortes denúncias de abrigar um lobista do partido dentro do Ministério, com sala, telefone e secretária a disposição. No mesmo ano, Pedro Novais (PMDB), Ministro do

Turismo indicado por José Sarney também deixou o cargo em meio ao escândalo do uso indevido de verbas de gabinete para pagar um motel em São Luís, no Maranhão. No ano seguinte, o partido seguiu pressionando a presidenta Dilma Rousseff por mais espaço no governo. Com o aval de Michel Temer, presidente da legenda, deputados do PMDB redigiram um “manifesto contra a ‘hegemonia’ do PT. O documento dizia que a relação entre os dois partidos era ‘desigual e injusta’; e que o PT estaria se preparando para acabar com o ‘protagonismo municipalista’ do PMDB” (VILLA, 2014, p. 249).

Considerações finais

A partir dos anos 1980, em que abrigava liberais, socialistas e revolucionários, o PMDB passou por um longo processo de incorporação de políticos conservadores e direitistas que o transformou em um típico partido de centro sem “pretensões de produzir rupturas institucionais” e “apoiou a transição pactuada” (MELO, 2013, p.107). Herdeiro dos inúmeros diretórios municipais do MDB e participe nas coalisões governistas, o partido potencializou seu desempenho eleitoral durante a Nova República e se consolidou como o maior do país²³.

Diante da alta fragmentação partidária atual, o partido possui maior poder de barganha junto ao governo e, em consequência, mais acesso a cargos e recursos públicos. Resultados da pesquisa de Natália Maciel indicam que o eleitorado do PMDB está em municípios pequenos, localizados no

²³ De maior partido do Congresso nos anos 1990, o PFL chegou ao final dos governos Lula em constante queda no número de parlamentares eleitos.

interior dos estados, que possuem população de baixa escolaridade: “O PMDB é o partido mais bem-sucedido em eleições municipais” (2014, p. 135). São em tais municípios, mais carentes de melhorias públicas e distantes dos grandes centros de discussão ideológica, que os eleitores apresentam maiores interesses em políticas paternalistas. Complementarmente, Paulo Melo indica que a maior parte dos eleitores identificados com o partido possui mais de 45 anos de idade, tem renda de até dois salários mínimos, confessa-se de religião católica e se autodeclara, 61%, de direita, ante 31% que diz ser de centro (2013).

Os políticos peemedebistas seriam os típicos caciques de redutos eleitorais com interesse na lógica paroquialista, pessoais e imediatas, acima dos interesses partidários. Para o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, o PMDB “não tem histórico de estadistas (...) mas de habilíssimos articuladores parlamentares” (2017, p.7). As entrevistas feitas por Natália Maciel com peemedebistas governistas e opositoristas permitem perceber que:

“Enquanto o discurso do grupo majoritário governista é que o papel do PMDB na atual democracia brasileira é o de fiador da estabilidade institucional e da governabilidade, o grupo opositorista denuncia que o real objetivo da maioria governista é a busca por cargos e acesso a recursos centrados nas mãos do Executivo, dentre eles, a execução das emendas de seus membros ao orçamento” (MACIEL, 2014, p. 160).

Rafael Lameira e Paulo Peres sustentam que “a justaposição de características é um fator determinante para o sucesso eleitoral e político do partido”, bem

como se trata de uma agremiação de entendimento “complexo, de múltiplas facetas e possibilidades interpretativas” (2015, s/p). No mesmo sentido, Paulo Melo defende que a permanência do PMDB como central no sistema político brasileiro se dá pelo “fato de que possui uma ideologia híbrida, o que lhe permite participar de diversas frentes eleitorais e manter-se em governos de diferentes matizes ideológicos” (2013, p. 109). Mesmo indiscutivelmente derrotado nas eleições presidenciais de 1989 e 1994 e desde então sem lançar candidato a presidente, o PMDB foi o partido que mais elegeu governadores e prefeitos desde 1990.

Assim como aconteceu nos governos do PSDB, nos governos do PT, após uma aliança inicial tímida, o PMDB sentiu-se apto a pleitear a candidatura a vice-presidente. Um ano antes da eleição de 2010, o historiador Luiz Felipe de Alencastro já alertava que tal aliança poderia “transformar a ocupante do Alvorada em refém do morador do Palácio do Jaburu”, pois “a aliança PT-PMDB pode se tornar desastrosa num governo em que Michel Temer venha a ocupar o cargo de vice-presidente” (2016, p.21). Marco Villa diz que a indicação de Temer desagradou o presidente Lula (2014).

O pacto político herdado por Dilma Rousseff (PT), em que todos os políticos queriam aderir ao pemedebismo de distribuição de cargos e verbas federais, não poderia ser plenamente mantido numa conjuntura de crise econômica. Nesse ambiente de excesso de adesão política, Dilma travou uma queda de braço com o meio político:

“Dilma se colocou como representante do ‘povão’ dentro do sistema político pemedebista. Ela

conseguiu surgir, no início de seu governo, *também* como representante do antipemedebismo no coração do sistema político pemedebizado. (...) Dilma mobilizou e canalizou a seu favor a legítima ojeriza da sociedade à desfaçatez do sistema político. Como se ela própria não dependesse do pemedebismo que combateria ‘de dentro’ para governar. Com isso projetou primeiramente uma imagem de uma presidente que ‘não se mistura à baixaria’, que se mantém ‘a salvo da contaminação’. (NOBRE, 2013, p.139)

Marcos Nobre ainda aponta que Dilma buscou estender o conjunto de ministérios que estariam preservados da lógica pemedebista de coalizão, o que irritou o PMDB e demais partidos da base aliada. Some-se a isso o fato de ter enfrentado o mercado financeiro/bancário na redução da taxa de juros e ampliação da atuação dos bancos públicos no mercado de créditos (SINGER, 2015). Em 2013, Marcos Nobre já alertava que “o pemedebismo pode aceitar certo atraso ou mesmo um parcelamento no pagamento de sua parte no butim. Mas nunca perdoa uma dívida” (2013, p.140).

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Os riscos do vice-presidencialismo. In: MATTOS, Hebe et al (org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

LAMEIRA, Rafael Fantinel e PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira: o**

limite das tipologias partidárias. Anais do 1º Seminário Internacional de Ciência Política – UFRGS, 2015.

MACIEL, Natália. **Velhas raposas, Novos Governistas: o PMDB e a Democracia Brasileira**. Tese de Doutorado em Ciência Política – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MELO, Paulo Victor Teixeira Pereira. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a carter**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: SINGER, André *et al* (org.). **Por que gritamos golpe?**. São Paulo: Boitempo, 2016.

NÊUMANNE, José. **Atrás do palanque: bastidores da eleição de 1989**. São Paulo: Siciliano, 1989.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. Revista Novos Estudos, 102, julho de 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VILLA, Marco Antônio. **Década perdida: dez anos de PT no poder**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Recebido em 2017-01-10
Publicado em 2017-10-05